



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade



## NOTA DE IMPRENSA

### Antes da reestruturação da dívida exige-se prestação de contas e responsabilização

O Governo anunciou através de um comunicado do Ministério da Economia e Finanças, datado de 22 de Fevereiro corrente, que “no dia 20 de Março de 2018, irá proceder à apresentação, em Londres, dos recentes desenvolvimentos fiscais e macroeconómicos e de propostas de reestruturação da dívida”. Entretanto, a Procuradoria-Geral da República (PGR) ainda não publicou o relatório completo da auditoria às mesmas dívidas realizada pela Kroll. Havia prometido publicar até Setembro de 2017, mas passam já cinco meses.

O sumário executivo do relatório de auditoria às mesmas dívidas, os vários relatórios do Tribunal Administrativo, o relatório da Comissão Parlamentar do Inquérito que avaliou a dívida externa deixaram claro que os empréstimos contraídos pela EMATUM, Mozambique Asset Management (MAM) e ProIndicus são ilegítimos e ilegais pois o Governo emitiu garantias violando a Lei Orçamental e a Constituição da República.

A auditoria concluiu ainda que:

- houve má conduta dos bancos CreditSuisse e VTB que organizaram e concederam o financiamento às empresas moçambicanas;
- cerca de 1/4 do total do valor dos empréstimos, isto é, 500 milhões de dólares, teve aplicação desconhecida;
- cerca de 1/3 do total dos empréstimos, isto é, 713 milhões de dólares, pode ter sido desviado através de esquemas de sobrefacturação no fornecimento de bens adquiridos pelas empresas;
- Cerca de 10% do total das dívidas (aproximadamente 200 milhões de dólares) foram gastos em comissões bancárias e de intermediários da negociação dos empréstimos;
- As três empresas são economicamente inviáveis e incapazes de realizar os propósitos para os quais foram criadas, devendo ser encerradas e os activos transferidos para o Estado.

Face a esta situação, exigem-se acções concretas de prestação de contas aos moçambicanos e de responsabilização dos implicados na contratação ilegal e uso indevido do valor dos empréstimos.

As organizações que subscrevem esta Nota de Imprensa pensam ser fundamental para a normalização das relações económicas externas, indispensável à recuperação económica e redução do sofrimento da maioria do povo moçambicano.

Assim, é imperioso que:

- A PGR publique o relatório final da auditoria das dívidas da EMATUM, MAM e ProIndicus antes de o Governo ir a Londres apresentar a proposta de reestruturação das mesmas;
- A PGR tome medidas concretas contra os indivíduos envolvidos na contratação e gestão ilegais da dívida, evitando que estes interfiram negativamente na investigação em curso, e assegurar a recuperação dos activos do Estado desviados antes que estes estejam totalmente dispersos e de impossível recuperação;
- Antes de o Governo se deslocar a Londres para prestar informação e possível renegociação da dívida aos credores, deve fazê-lo internamente perante os cidadãos através de um informe em sessão plenária na Assembleia da República, com acesso aos órgãos de informação e organizações da sociedade civil, com direito a perguntas e respostas sobre o plano de reestruturação das dívidas;
- O Governo deve informar os moçambicanos, antes de dizê-lo aos credores, se pretende pagar dívidas ilegais e ilegítimas.

As organizações subscritoras desta Nota de Imprensa consideram os aspectos referidos como um acto de patriotismo, de soberania, de responsabilidade das instituições do Estado de Direito e de respeito pelo povo Moçambicano.

Maputo, 26 de Fevereiro de 2018